



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

EDITAL 007/2019

**XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o **XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

Art. 1º- DIVULGAR o gabarito da prova objetiva, conforme Anexo I deste Edital.

Art. 2º- DIVULGAR o espelho de correção da prova subjetiva, conforme Anexo II deste Edital.

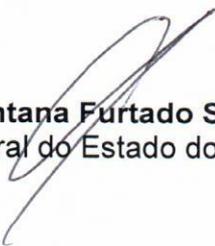
Art. 3º- INFORMAR que o caderno de questões estará disponível na íntegra para consulta pelos candidatos durante o período de recursos no endereço eletrônico: **defensoria.ma.def.br/seletivo**

Art. 4º- Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Preliminar poderão fazê-lo nos dias 26 e 27/11/2019;

Art. 5º- Os recursos deverão ser interpostos por meio do e-mail **seletivoest2019@ma.def.br**, seguindo as orientações do item 8 do Edital de Abertura;

Art. 6º - O presente Edital será publicado no no site da DPE/MA.

São Luís, 25 de novembro de 2019


Gabriel Santana Furtado Soares
Subdefensor Público-Geral do Estado do Maranhão, em exercício



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | D | C | D | A | D | C | D | B | A | D | D | D | A | B | C | D | C | B | C | D |

| | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|
| Questão | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| Resposta | C | D | C | A | A |

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

CONTEÚDO

ITEM - a) No que constitui a violência de gênero contra a mulher?

Nesse item, deve ser apresentada uma compreensão crítica sobre o fenômeno da violência de gênero contra a mulher, tendo referência normativa o art. 5º, caput, e inciso I, 226, §§ 5º e 8º, todos da Constituição Federal, e o microsistema da Lei nº 11.340/2006, especialmente os artigos 5º e 6º.

De forma complementar, a resposta, em sua fundamentação, pode problematizar as distinções entre a igualdade formal e igualdade material diante da persistência da desigualdade de gênero entre homem e mulher. Assim como citar tratados internacionais, como uma alternativa de resposta.

ITEM - b) Que espécies de violência contra a mulher estão expressamente positivadas na legislação brasileira? Disserte, pelo menos, sobre duas espécies;

A resposta desse item deve explanar sobre o art. 7º, da Lei nº 11.340/2006, dissertando, minimamente, sobre duas espécies das cinco espécies previstas na referida lei.

ITEM - c) Na evolução jurisprudencial e legislativa do contexto brasileiros, quais exemplos – seja no âmbito cível quanto criminal – poderiam ser mencionados como modificações relevantes nesse processo de combate à violência de gênero contra a mulher?

A resposta deve transmitir um conhecimento histórico sobre a evolução dos direitos das mulheres no ordenamento brasileiro, fazendo menção a alguns dos seguintes pontos: i. movimento sufragista no início do século XX; ii. as mudanças legislativas que possibilitaram o divórcio e, posteriormente, o divórcio; iii. a superação do conceito do pátrio poder e o surgimento do poder familiar no Código Civil 2002; iv. no âmbito do direito penal: a revogação das causas de extinção da punibilidade do art. 107, VIII e XIX, CP, a revogação do conceito de mulher honesta na legislação penal, a superação da jurisprudência da legítima defesa da honra e a tipificação do crime de feminicídio; v. a Lei nº 11.340/2006; vi. a mulher na Constituição Federal de 88, mencionado aspectos nos direitos individuais e sociais.

ITEM - d) Que atuações – judiciais e extrajudiciais - a Defensoria Pública poderia exercer nesse cenário desafiador e urgente?

Baseando-se no conhecimento da atuação da Defensoria Pública, a resposta deve mencionar exemplos de atuações judiciais e extrajudiciais nos contextos normativos já mencionados nos demais itens.